

Rio Grande do Sul: a abolição da escravatura em nome da ordem e do progresso

Margaret M. Bakos

*Professora de História dos cursos de
pós-graduação e graduação da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul e
Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Introdução

A historiografia oficial brasileira valoriza o 13 de maio de 1988 como a data que assinala a abolição da escravatura negra e o 15 de novembro de 1989 para registrar a passagem da monarquia à república.

A abolição da escravidão negra não pode ser circunscrita e festejada em uma data específica, mesmo porque a consideramos um processo inacabado, porém julgamos importante aproveitar o centenário da Lei Áurea como uma data historicamente motivadora para reflexões em torno do trabalho compulsório no país.

Neste artigo procuramos correlacionar os dois processos históricos através da análise da atuação do Partido Republicano Rio-Grandense (P.R.R.) no movimento abolicionista gaúcho a fim de evidenciar a importância da questão servil na plataforma política dessa agremiação que, tendo por fundamento ideológico o positivismo, pretendeu relacionar a necessidade da abolição com a transformação do regime político.

Uma das pretensões do Partido Republicano era apresentar propostas progressistas e modernizadoras da sociedade, o que implicava, no momento, criticar as relações de trabalho escravistas. Para o grupo dos republicanos, numericamente inexpressivo, era importante alicerçar sua propaganda em temas palpitantes que chamassem a atenção de maiores faixas da população.

Conforme o ideário positivista dos republicanos gaúchos, para destruir o Império era necessário primeiramente terminar com a instituição da escravidão. Consoante sua ideologia, a crítica à escravidão era um meio excelente de se chegar ao consenso popular sobre a necessidade de apoiar o Partido Republicano em sua luta por ordem e progresso.

Com vistas a alcançar o poder político, os republicanos gaúchos fizeram do abolicionismo imediato e sem indenização o ponto mais importante de debate e difusão de seu ideário no Rio Grande do Sul, tornando essa agremiação peculiar no país, na fase de transição da monarquia à república.

Acervo	Rio de Janeiro	v.3	n.1	p. 71-81	jan.-jun. 1988
--------	----------------	-----	-----	----------	----------------

Este estudo de caso ilustra a falta de uma real preocupação em efetivar mudanças estruturais nas relações de trabalho no Brasil, uma vez que nada foi decidido em relação aos meios de agilizar e de viabilizar a integração do liberto à sociedade, revalorizando o negro como trabalhador livre.

A escravidão negra e o abolicionismo no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, embora não tenha baseado sua economia na monocultura fundada na escravidão – como nas províncias açucareiras e cafeeicultoras –, também necessitou de grandes contingentes de mão-de-obra escrava.¹

Em certos momentos de sua história, a província contava com um número elevado de escravos negros que representavam cerca de um terço de sua população total, ocupados como força de trabalho no meio rural e no urbano.

Artigos e anúncios do século passado denunciavam práticas de controle social próprias do escravismo, como castigos corporais, ofertas de recompensas por informações acerca de escravos fugidos, presença de capitéis-do-mato, rigorismo nas posturas municipais, coibindo o livre trânsito de negros livres e libertos. A resposta do negro a tal realidade em nada diferia da reação da escravaria no restante do país, manifestando-se pela formação de quilombos, violência pessoal e fugas isoladas dos locais de trabalho.²

A partir da segunda metade do século XIX, além das charqueadas e criação de gado, teve início uma progressiva diversificação na economia regional, baseada no trabalho livre e que visava a atender às necessidades de gêneros alimentícios das zonas cafeeicultoras. Isto permitiu a formação de setores na economia regional que independiam de relações de trabalho escravistas.

O desenvolvimento regional que implicou a criação de novos municípios, politização dos grupos através da participação nas assembleias municipais, alargamento das vias de comunicação e extraordinário crescimento populacional foi acelerando o processo de agudização das tensões sócio-econômicas oriundas do escravismo. Assim, a partir de meados do século XIX observamos, por um lado, a constituição de novos quilombos, a revolta crescente da escravaria e, por outro, a formação de sociedades abolicionistas.

Entretanto, a despeito dessa realidade, o processo abolicionista rio-grandense revestiu-se das características de morosidade e polemização que apresentou o resto do país.³ Influuiu nesse ritmo a centralização política do período monárquico por sua interferência nas assembleias provinciais, o que lhes cerceava a autonomia de tomar decisões e assumi-las, se fossem contrárias à orientação do governo imperial.

1. Ver Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977).

2. Ver Margaret M. Bakos, 'La esclavitud negra en el período Farroupilha Rio-Grandense', em *Revista americana meridional*, nº 1 (Montevideo, 1983), pp. 95-106.

3. Idem, *RS: escravismo e abolição* (Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982).

De outra parte, apontamos a existência de defensores da manutenção do escravismo no Rio Grande do Sul. Tal fato verificou-se nos movimentos 'pseudo-humanitários' em prol da libertação dos escravos, desde os inícios do século XIX, comprovados ao longo do século pelo encaminhamento dado às campanhas antiescravagistas, levadas a efeito na província. Tais movimentos, invariavelmente, visavam apenas à libertação parcial do escravo, com a preocupação de sempre manterem, pelo maior prazo possível, o trabalho servil através de cláusulas de prestação de serviços.

As transformações econômicas, as contradições de cunho ideológico, bem como os crescentes conflitos entre escravos e senhores transformaram as discussões em torno da escravidão de uma questão fundamental para o país em um elemento indicador do posicionamento dos homens gaúchos frente às modificações estruturais de sua época.

Toda a conjuntura propiciava o desenvolvimento de novas atividades e idéias, que encontravam extraordinária receptividade e constante reelaboração em elementos que, embora advindos, em grande parte, da sociedade tradicional, estavam engajados ao Partido Republicano e dispostos a empresarial as mudanças sócio-econômicas e políticas que o momento histórico exigia.

A resistência no sentido da abolição, as nuances apontadas para suavizar a passagem do trabalho servil ao livre revestiram-se de conotação extraordinária no politizado Rio Grande do Sul, trazendo implicitamente a defesa do imperador, seu poder e ordem social.

De fato, o primeiro grupo institucionalmente organizado e que primeiro defendeu a abolição imediata e sem indenização do escravo negro na província foi o Partido Republicano Rio-Grandense. Chamamos a atenção para o fato de que esse posicionamento foi assumido pelo grupo apenas e logo após a sua organização partidária, sob a liderança de Júlio de Castilhos e seus seguidores, com formação acadêmica em São Paulo, de onde trouxera conhecimento sobre o positivismo. A partir de então, o Partido Republicano Rio-Grandense passou a participar ativamente da campanha antiescravagista, que culminou em setembro de 1884, compartilhada, então, por outras agremiações políticas.

A seguir, explicamos qual a posição do positivismo frente à questão social para melhor entendermos que aspectos desta corrente de pensamento influíram tão marcantemente no ideário dos republicanos gaúchos.

O positivismo e a escravidão moderna

Podemos compreender melhor o antiescravismo, sob a ótica do positivismo, através da sua lei dos três Estados, que relaciona os estádios intelectuais e materiais ao longo do desenvolvimento da humanidade, demonstrando que todas as ciências, o espírito humano e a própria história desenvolvem-se em três fases distintas: a teológica, a metafísica e a positiva.

Há escravidão em dois desses momentos: no teológico (militar: idade antiga) e no positivista (industrial: idade moderna), denominada, respectivamente, de escravidão antiga e moderna.

Augusto Comte buscou respostas para o escravismo no processo histórico. Constatou que a primeira organização social escravista submetia o tra-

balhador ao guerreiro, contribuindo para formar a dupla base da civilização antiga, que era o militarismo e a sujeição da produção à conquista. Nesse caso, a escravidão servia, por um lado, como penhor de vida, indispensável ao alargamento das conquistas, na medida em que poupava a vida dos derrotados; por outro, era determinante para habituar o homem ao trabalho, que se tornava assim o único meio de melhoramento pessoal, depois de ter sido o penhor da vida.

Dessa forma, Comte justificava a escravidão antiga como uma etapa necessária à evolução da humanidade. Entretanto, a escravidão moderna levava à subordinação do trabalhador ao chefe industrial, contrariando os princípios básicos da libertação universal desse período histórico e gerando uma situação degradante tanto para o senhor quanto para o escravo, o que debilitava consideravelmente a atividade homogênea de ambos.

Enquanto a escravidão antiga desenvolveu-se pela necessidade de organizar a produção, a escravidão moderna foi fruto da avidez européia, após os descobrimentos da modernidade. Tal escravidão foi considerada por Comte como uma monstruosa aberração social que prejudicava o continente americano e o europeu, favorecendo em ambos o desenvolvimento de um espírito retrógrado e de princípios de imobilidade social. Sugeriu, à guisa de solução, que as Antilhas inteiras fossem entregues à raça oprimida, onde o positivismo, idôneo o suficiente para esta missão, poderia fazer apreciar os oprimidos e destruir os sofismas dos opressores.

Embora Comte fosse a favor da extinção da escravidão, nada indicou de prático para solucionar o problema além da utopia de concentrar toda a escravaria negra americana nas Antilhas. Isto possibilitou o surgimento de diversas interpretações, especialmente no Brasil, onde sua doutrina repercutiu mais fortemente do que em seu próprio meio de origem.

A primeira obra brasileira de cunho social, influenciada pelo positivismo, foi publicada em 1865 e seu autor – Brandão Júnior – preocupou-se em estabelecer os malefícios econômicos e sociais causados pelo sistema escravagista no Brasil.

Apenas em princípios da década de 1880 foi organizada a Igreja Positivista no Brasil e, paralelamente, desenvolvia-se a heterodoxia dos bacharéis. Os primeiros elaboraram um programa que pretendia realizar desde pequenas reformas até a transformação política do império em república e completar a obra de emancipação dos escravos. Observamos que, ao contrário da ortodoxia francesa, o apostolado positivista brasileiro procurou não transgredir com a orientação antiescravagista deixada por Comte.

Sintomático desta conduta foi o episódio que levou ao cisma positivista de 1883. Nesta ocasião, Miguel de Lemos buscou em Laffitte, pontífice do comtismo em Paris, apoio para punir um membro do apostolado brasileiro que, contrariando as normas da sociedade, tornou-se publicamente conhecido como político e escravocrata. Para sua surpresa, Lemos foi aconselhado a não expulsar o fazendeiro dissidente, Joaquim Ribeiro de Mendonça, mas sim a reavaliar a situação e distinguir nos escritos do fundador, de um lado os princípios da doutrina e as normas da moral positiva, sagrados e imutáveis, e de outro, os conselhos, cuja aplicação poderia variar segundo as mudanças circunstanciais de tempo e de lugar.

Lemos julgou herética a atitude de Laffitte ao propor um livre exame da doutrina do Mestre, no sentido de conciliar teoria e prática. Com o apoio

do líder positivista chileno Jorge Lagarrigue, rompeu com Laffitte, reivindicando a autonomia da Igreja Positivista Brasileira. Declararam Augusto Comte como o único chefe subjetivo do grupo, e o Rio de Janeiro passou a ser matriz ecumênica do positivismo integral.

Após o cisma positivista, houve uma radicalização por parte dos membros do apostolado para com a escravidão. Eles passaram a negar qualquer direito à indenização pelas libertações dos escravos negros e perguntavam se alguém se lembraria de perguntar aos atuais escravizados pelo tempo que seus avós, seus pais e eles estiveram trabalhando sem auferir o mínimo resultado de tanto sofrimento.⁴

Dentro do positivismo heterodoxo havia dois posicionamentos sobre a escravidão. Para o primeiro, que seguia a ortodoxia nesse aspecto, a abolição deveria ser imediata e sem indenização. Júlio de Castilhos e seus seguidores no Rio Grande do Sul, pertencentes ao P.R.R., estavam filiados a esse pensamento. O segundo grupo, ao contrário, achava que ela deveria terminar por si só e para que se extinguisse seria preciso incentivar a imigração, criando então novas condições de trabalho. Essa posição caracterizava o grupo republicano positivista paulista, apartando-o da ortodoxia positivista e ligando-o ao liberalismo clássico.

Podemos notar com facilidade a diferença entre o republicanismo paulista e o gaúcho, sob esse ângulo, na medida em que o P.R.R. se organizou no Rio Grande do Sul, sob a liderança do positivista Júlio de Castilhos.

Os republicanos gaúchos e a libertação dos escravos

Para melhor caracterizar a influência positivista no ideário que justificava a radicalização do movimento abolicionista pelos republicanos, podemos considerar duas fases na formação do partido.

Seus primórdios podem ser localizados na década de 1870, sendo difícil a reconstrução da primeira fase, pois ao longo dela a propaganda foi feita desordenadamente, e quase nada resta da documentação.

Em 1878 já existia um Clube Republicano em Porto Alegre. Entretanto, o movimento realmente se fortaleceu com a entrada de elementos gaúchos positivistas e se organizou partidariamente na década de 1880; iniciava-se, neste momento, a segunda fase da propaganda republicana na província.

Podemos constatar a grande influência da filosofia de Comte no ideário do Partido Republicano Rio-Grandense ao compararmos a sua propaganda nos períodos anteriores à adoção da doutrina com a dos anos que a ela se seguiram. O parâmetro foi o seu posicionamento frente à questão servil. Examinemos o caso do jornal *A democracia*, um dos mais significativos da primeira época. O periódico veiculava a idéia de que a escravidão e a monarquia constituíam elos do mesmo processo de decadência e popularizaram no Rio Grande do Sul a noção de que a América estava toda democratizada, executando-se apenas o Brasil, onde havia a instituição degradante da escravidão e a presença opressora de um imperador. Entretanto, nem este periódico nem *A imprensa*, que circulava igualmente como porta-voz dos republicanos,

4. Ver Miguel de Lemos, 'A incorporação do proletariado escravo, protesto da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro contra o recente projeto do governo' (Recife, Tipografia Mercantil, 1883), p. 15.

advogaram a libertação imediata e sem indenização dos escravos. Ao contrário, associavam a libertação ao estabelecimento de uma República Federativa no Brasil.

Tanto *A democracia* como *A imprensa* veiculavam a posição dos republicanos paulistas frente à questão servil, explicando que, embora a abolição fosse inevitável, não se deveria extirpar um mal causando outro maior ainda. Assim, a extinção deveria ser feita vagarosamente, indenizando os proprietários, evitando-se, por um lado, que as fortunas se desfizessem de um só golpe e, por outro, que a escravaria fosse libertada sem estar preparada para isso.

Entrementes, elementos entusiasmados com o positivismo introduziram-se, gradativamente, nas fileiras do republicanismo gaúcho. O sucesso da doutrina deveu-se ao fato de que, no Brasil, o positivismo atraiu os setores médios da população porque se contrapunha ao liberalismo, imposto pelo capitalismo inglês e apoiado pela aristocracia exportadora brasileira. Representou, neste sentido, um pensamento progressista, apesar de objetivar, basicamente, a garantia da ordem capitalista.

O positivismo no Brasil não foi reacionário como na França, embora também não tenha sido revolucionário, adaptando-se às necessidades de um segmento social que se formou aliado das camadas politicamente dominantes. Essa adoção do positivismo diferenciou fundamentalmente os partidos republicanos brasileiro e rio-grandense.⁴

A riqueza de fontes da segunda fase da propaganda republicana permite-nos determinar os passos dados pela liderança republicana para conseguir a coesão interna através de propostas e de discursos profundamente alicerçados no positivismo. Isso apareceu claramente, desde as primeiras reuniões, quando se tratou da questão servil, a qual foi considerada um problema anacrônico no atual estágio da civilização brasileira e cuja extinção era vital e urgente para o país. Entretanto, somente após dois anos de sua organização, foi conseguido um consenso em torno do tema.

Em 23 de fevereiro de 1882, realizou-se a Primeira Convenção Republicana, na qual se destacou Júlio de Castilhos, que foi o relator do projeto de criação do jornal do partido — *A federação*. A partir de então, a influência do positivismo foi se tornando tão contundente nas priorizações, na sistematização e até mesmo na forma como eram expostas as diretrizes políticas que levou ao afastamento muitos dos republicanos históricos, que não concordavam com os rumos que o partido estava tomando.

Interessa-nos particularmente chamar a atenção de que toda a argumentação do posicionamento antiescravagista dos republicanos, a partir desse momento, foi extraída da doutrina positivista, destacando fundamentalmente os aspectos de elemento anacrônico que a instituição da escravidão possuía no mundo moderno e pregando, com veemência, sua extinção juntamente com a do Império, pelas mesmas razões.

Observamos o fortalecimento dessa posição entre os republicanos no decorrer dos primeiros encontros do partido. Na mencionada convenção de 1882, repetiram-se os dizeres dos republicanos paulistas; no ano seguinte, durante a realização do Primeiro Congresso Republicano Rio-Grandense, fo-

5. Ver Célio R. Pinto, *O positivismo no Brasil nos fins do século XIX: o caso do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre, dissertação de bacharelado em história, mimeog.), p. 35.

ram suprimidos os parágrafos 3º e 4º da propaganda republicana relativos à matéria religiosa e à emancipação dos escravos.

Contra essa supressão, decidida por oito votos contra sete, manifestou-se Júlio de Castilhos, que discutiu energicamente com outros elementos da agremiação – especificamente com Assis Brasil e Ramiro Barcelos –, defensores da mesma. Não conhecemos os motivos dessa supressão, bem como a identidade dos votantes, à exceção dos três citados.

Na ocasião, Júlio de Castilhos julgava a abolição um grave problema nacional e advogava que sua efetivação estava acima das querelas partidárias, pois se tratava de uma questão de civismo.

A análise das razões pelas quais Júlio de Castilhos foi voto vencido torna-se realmente muito difícil, em virtude da falta de dados. Sabemos que a propaganda republicana foi feita sem o patrocínio dos grupos politicamente dominantes na província, conforme comprovou Célio Pinto, o que exclui, a princípio, que a supressão da questão servil do programa partidário tenha correspondido a pressões neste sentido. Todavia, Assis Brasil e Ramiro Barcelos eram os dois membros mais representativos na política local e os mais ricos do grupo, sendo o primeiro um grande proprietário rural, o que nos leva a supor que a supressão estivesse ligada a interesses de alguns particulares com força dentro da agremiação.

Conforme Célio Pinto, o Partido Republicano Rio-Grandense foi um movimento tardio, cujos fundadores tinham características comuns muito distintas das elites políticas da época – eram jovens, com instrução superior e sem experiência partidária anterior, não dividiam com os demais partidos republicanos e monárquicos a doutrina liberal como base de sua luta, mas se declaravam positivistas, e finalmente não pertenciam à tradicional elite pecuária da campanha gaúcha, que formava quase em sua totalidade o Partido Liberal. Ainda, segundo a mesma autora, provinham, em sua maioria, da região norte do estado, menos rica que a campanha, pela ausência da indústria de charque e pela distância dos centros consumidores, e “se eram estancieiros, não eram membros da oligarquia política rio-grandense”.⁶

Aventamos ainda a possibilidade de a supressão ter sido feita em defesa do direito de propriedade ou por falta de um consenso a esse respeito entre os gaúchos que não desejavam mais imitar os pronunciamentos paulistas. Fortalecemos tal suposição com a leitura de um discurso de Assis Brasil, de 1882, que versava sobre a divergência existente entre os republicanos brasileiros a respeito da lei do Ventre Livre. Eles dividiam-se, segundo o político gaúcho, em abolicionistas, precipitistas e escravocratas. Procurando uma conciliação entre os dois extremos, Assis Brasil citava o exemplo norte-americano, que demonstrou a possibilidade de existir uma república com escravos. Naturalmente, dizia: “Não será uma república perfeita a que admitir a negra instituição, mas a perfeição não aparece com o nascimento, adquire-se lentamente, resignadamente”.

Júlio de Castilhos e grande parte dos republicanos pensavam de forma diferente quanto à compatibilização entre república e escravidão, sendo ideologicamente radicais. Coube a Assis Brasil, seguido mais tarde por Ramiro Barcelos e muitos outros, abandonar o Partido Republicano Rio-Grandense, por não concordar com suas diretrizes de trabalho. Todavia, em 1882,

6. Idem, *Positivismo: um projeto político alternativo* (Porto Alegre, L&PM, 1986), p. 10.

todo o esforço dos castilhistas consistia em transformar a agremiação minoritária em majoritária, tendo por base o consenso espontâneo dos cidadãos. Tal orientação pode tê-los induzido a aceitar a supressão dos artigos, embora em desacordo com a mesma.

Assim, um balanço do Primeiro Congresso Republicano aponta como tópico mais importante a decisão de fundar *A federação*, órgão porta-voz do partido, de cunho eminentemente doutrinário positivista. Já o Segundo Congresso Republicano ocorreu em 1884, quando o grupo castilhista estava na liderança incontestada da agremiação, o jornal *A federação* circulava diariamente, veiculando a doutrina do partido. Neste segundo Congresso o grupo definiu, através das palavras de Júlio de Castilhos, que deixou registrada sua posição sobre a questão servil:

Quando se trata de tornar livres os filhos do Rio Grande, não deve haver partidos. Só há lugar para um partido: é o partido da moral, do direito e da liberdade, que protestam contra a escravidão. À margem, pois, as desavenças e os ódios das lutas partidárias, emudeça a voz do partidarismo político, quando é imperioso combater este inimigo comum: a escravidão.⁷

No decorrer do Segundo Congresso, os republicanos finalmente elaboraram as bases dos programas dos candidatos do Partido. Salientamos apenas o item que se refere à questão da escravidão negra:

A abolição do elemento servil

Sobre este melindroso assunto entende o partido que não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara. Para a resolução do problema, entende o Congresso que o alvitre a tomar é entregar quanto antes, por disposição da Lei Geral, às províncias plenos poderes para obrar cada uma como entender. Quanto à nossa província, a abolição deve ser imediata e pronta, desde que a nossa assembléia receba os poderes necessários para legislar sobre o assunto.⁸

O radicalismo proposto começou a ser divulgado entre os partidários principalmente através de artigos publicados em *A federação*, incitando a população do Rio Grande do Sul a libertar seus escravos sem cobrar qualquer tipo de indenização e veiculando a idéia de que este seria o primeiro passo para a queda da monarquia.

Tanto os republicanos quanto os liberais criticavam a escravidão, julgando a instituição sob dois aspectos especialmente negativos: por ser nefasta ao escravo, porque contrariava os ideais de humanidade apregoados pela doutrina positivista e pela ideologia liberal; por ser perniciososa para a sociedade brasileira como um todo, econômica, política e socialmente.

Todavia, os dois partidos divergiam de opinião sobre o encaminhamento político a ser dado à questão servil e sobre os objetivos e razões pelas quais assumiam a questão em seus programas partidários.

No entanto, os liberais, incapazes de propor soluções próprias e radicais, repetiam na província o pensamento dos liberais na Corte. Dessa forma, o abolicionismo do partido revelava-se moderado, com tendências conservadoras, buscando reformas que beneficiassem grupos restritos, mantendo o

7. Margaret Bakos, *RS: escravidão e abolição* (Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982), p. 97.

8. *Ibidem*, p. 97.

privilégio de poucos. Com tal orientação, é natural que os liberais não pregassem a abolição imediata e se arvorassem em defensores dos direitos de propriedade do senhor. Advogavam a libertação mediante contratos de trabalho, coerentes com o ideal de reformar-adaptando, buscando conciliar os interesses dos diversos grupos de pressão regionais.

Em contraposição à subordinação dos liberais ao Centro, destaca-se a independência dos republicanos rio-grandenses frente às posições assumidas pela agremiação em outras províncias e na Corte.

Os republicanos foram os primeiros na província a advogar a libertação incondicional da escravidão. Para o grupo, o senhor não devia ser indenizado ao libertar o cativo, uma vez que já se aproveitara por longo tempo e para proveito próprio de sua força de trabalho. Justificavam esse pensamento dizendo que, antes de cogitar-se indenizar o senhor, devia-se ressarcir financeiramente o escravo pelo tempo de cativeiro, sem disso ter auferido nem pagamento nem tratamento condigno.

Constatamos a vinculação entre os elementos republicanos e as atividades urbanas. Alguns elementos da agremiação pertenciam a famílias latifundiárias, porém o acesso à universidade de São Paulo e Recife, centros urbanos desenvolvidos, possibilitou-lhes a identificação com os novos valores cívicos. Sob essa perspectiva, é possível identificar as posições republicanas na província com as necessidades das novas camadas sociais urbanas, surgidas em decorrência da incipiente modernização sofrida no país.

As constantes referências, na imprensa antimonarquista e na Assembleia Provincial, à necessidade de o grupo republicano firmar sua posição de defensor das modificações estruturais que a sociedade requeria comprovam essa conclusão.

Júlio de Castilhos, na direção de *A federação*, auxiliado por correligionários entusiastas do partido, promovia a publicação diária de artigos em que se discutiam os problemas básicos da economia rio-grandense e onde se propunham soluções. Veja-se o trecho a seguir e que sintetiza os objetivos do partido:

Para nós, era urgente que a abolição se fizesse, porque a escravidão, sobre ser o obstáculo permanente ao progresso, era o constante espetáculo da imoralidade triunfante, que não era possível evitar, que entrava em toda parte, convivia com todos. A própria República sempre acreditou que não se faria enquanto houvesse escravos e isto determinava bem a nossa posição: a República que não se compreendia com escravos não podia ser feita enquanto houvesse escravos no Brasil.⁹

Ao se tornar independente do Partido Republicano Paulista, o grupo castilhista advogou a abolição imediata e sem indenização da escravidão regional para facilitar, segundo a doutrina positivista, o progresso da província. Dessa forma, os republicanos gaúchos identificavam-se mais com a ortodoxia positivista brasileira, radicalmente antiescravagista (desde o rompimento com a escola francesa de Laffitte), do que com os correligionários paulistas, que advogavam a abolição gradual, mediante a indenização dos proprietários. A nova perspectiva de solução da questão servil, proposta pelos republicanos, evidencia a preocupação do grupo de empresariar – como meta política – as transformações fundamentais da economia gaúcha.

9. *Ibidem*, p. 153.

Embora os dados estatísticos do período sejam passíveis de uma leitura crítica, pois são falhos e incompletos, julgamos importante mencionar que o número de escravos diminuiu sensivelmente no Rio Grande do Sul após essa campanha de 1884, passando de sessenta mil, nesse ano, para 22 mil, em 1885. Além das ressalvas iniciais, alertamos também para outro aspecto da série numérica, qual seja a não inclusão dos escravos libertos, mas ainda sob a forma de trabalho compulsório, mediante o cumprimento dos contratos de trabalho.

Ao Partido Republicano Rio-Grandense coube assumir a representatividade das tendências existentes na província em adquirir a autonomia regional, embora integrado à União. A proposição de libertar imediata e incondicionalmente a escravaria, em 1884, evidencia a tentativa do grupo de alcançar para a província uma solução independente na questão servil. A proposta revela que a ideologia republicana está mais próxima da realidade concreta do que as ideologias liberal e conservadora, que insistiam em manter o escravismo, embora o sistema estivesse em franco processo de extinção.

Portanto, os conceitos existentes na historiografia regional, segundo os quais o positivismo não teria exercido uma influência marcante no movimento abolicionista gaúcho, mereceriam ser repensados. Constatamos a importância do comitismo no encaminhamento político das questões sócio-econômicas da província, desde sua introdução oficial no ideário republicano por Júlio de Castilhos e durante toda a República Velha no Rio Grande do Sul.¹⁰

Conclusão

Pela ideologia de seu discurso, os republicanos tornaram-se um grupo de exceção no Rio Grande do Sul, identificando a instituição da escravidão com o regime monárquico, classificando ambos como anacrônicos no estágio atual da civilização e, finalmente, vinculando sua destruição.

As discussões parlamentares e os artigos da imprensa, que caracterizaram a ação dos republicanos no processo abolicionista, não tiveram a preocupação de planejar e promover a integração do negro liberto à sociedade. Na realidade, a revolta crescente dos escravos, suas fugas e seus protestos contribuíram, fundamentalmente, para a criação, nas cidades-sedes dos municípios, de sociedades emancipacionistas, que não se estruturavam de forma a estudar as origens históricas da questão social que motivou sua fundação nem os meios de solucioná-la. Limitavam-se a arrecadar fundos para, mediante indenização, libertar alguns escravos, sem ferir o direito de propriedade do senhor.

O encaminhamento eminentemente político que envolveu o processo abolicionista no país contribuiu para a criação de novos problemas para o negro brasileiro, devido às dificuldades que este encontrou para integrar-se — como liberto — em uma sociedade com a tradição de quatro séculos de escravidão negra.

Essa passagem sofrida ainda constitui um dos aspectos mais cruciais da questão social da atualidade no país e no Rio Grande do Sul, a despeito dos

10. Referimo-nos ao trabalho de Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.*, pp. 226-229.

longos séculos de hegemonia política, de cunho positivista, no decorrer da República Velha. A integração do negro como trabalhador livre à sociedade moderna permanece até hoje como uma meta a ser alcançada e como um aspecto sempre muito valorizado em algumas plataformas políticas, relembrando, sob novas formas, as características do pensamento republicano gaúcho na sua escalada ao poder em nome da ordem e do progresso.

Abstract:

'Gaúcho' republicans are the first to claim for an immediate abolition of local slavery in Rio Grande do Sul without any kind of indemnification. This exigence comes from the positivist orientation of the group, which also defended the interest of some new regional economic groups, not based upon slave labour. Initially the party repeats the position of the republicans from São Paulo, indifferent regarding slavery, but enthusiastic about immigration. After 1884, the republicans from Rio Grande do Sul, now with strong positivist orientation, fight for an immediate abolition of local slavery, without any kind of indemnification, demonstrating this way the complete anachronism of that institution and the monarchy, which impairs the development of the province through social order and material progress.

Résumé:

Les républicains 'gaúchos' furent les premiers à revendiquer l'abolition immédiate et sans indemnisation de l'esclavage au Rio Grande do Sul. L'exigence est due à l'orientation positiviste du groupe et à la défense des intérêts des nouveaux groupes économiques régionaux que ne dépendaient pas du travail servil. Initialement, l'association répéta la position des républicains de São Paulo, indifférents à l'esclavage et enthousiastes de l'immigration. Après 1884, les républicains du Rio Grande do Sul, déjà sous l'orientation positiviste, adoptèrent la devise de l'abolition immédiate et sans indemnisation de l'esclavage locale, en démontrant, ainsi, le complet anachronisme de l'institution et de la monarchie qui retardaient le développement de la province en direction de l'ordre social et du progrès matériel.